

Comunicação Pública de Estratégias do Programa Nacional do Livro Didático (Edição de 2010): Limites e Consequências das Indefinições e Exigências quanto aos Aspectos Gráfico-Editoriais¹

Profa. Dra. Maria Otilia BOCCHINI²
ECA-USP

Prof. Dr. Lívio Lima de Oliveira³
Anhanguera/FAENAC

RESUMO

O artigo pretende analisar a comunicação que, por meio de edital, guia e outros documentos, torna públicas algumas estratégias governamentais do PNLD 2010, edição do Programa Nacional do Livro Didático voltada para a aquisição de livros destinados aos primeiros cinco anos do ensino fundamental. O estudo aponta indefinições e exigências do PNLD 2010 quanto aos chamados aspectos gráfico-editoriais, que poderão conduzir à aquisição de livros impróprios para o uso das crianças, especialmente quanto à legibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: PNLD 2010; livro didático; legibilidade visual; produção gráfica; comunicação pública e cidadania

O estudo pretende analisar as determinações do PNLD 2010 para os “aspectos gráfico-editoriais” dos livros de 1º a 5º anos do ensino fundamental, argumentando que os documentos oficiais exigem elementos desfavoráveis à legibilidade visual em vez de proibi-los e que, em sentido inverso, tais documentos deixam de exigir um mínimo de elementos favoráveis à leitura pelas crianças, sendo assim responsáveis pela aprovação e possível aquisição de livros deficientes quanto à legibilidade.

Analisando questões de editoração e direitos de cidadania, no cenário de políticas e estratégias da comunicação, pretende-se contribuir com o importante campo de estudos em torno dos livros didáticos, que já vem tratando de aspectos contedúísticos, pedagógicos, metodológicos, históricos e mercadológicos desses livros. A relevância do estudo é dada pela dimensão⁴ e pelas responsabilidades do Programa no processo de

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e-mail: otilibocchini@uol.com.br.

³ Professor e coordenador do curso de Produção Editorial da Anhanguera/FAENAC, email: livio@faenac.edu.br.

⁴ Em agosto de 2007, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) terminou a negociação de compra de 128,4 milhões de livros didáticos a serem entregues até 10 de janeiro de 2008 pelas 16 editoras contempladas. Com valor médio por exemplar de R\$ 5,81, o valor total das aquisições alcançou mais de R\$ 746 milhões. São livros para 1ª série, 5ª a 8ª e ensino médio (neste caso, disciplinas de história e química). Disponível em <http://www.fnnde.gov.br>, acesso em 13 set. 2008. O segmento de livros didáticos representa mais da metade do faturamento global do mercado de livros no Brasil e, de acordo com estimativas decorrentes de dados organizados por Célia C. F. Cassiano,

educação de crianças e jovens das escolas públicas do país, especialmente no que concerne ao direito à leitura confortável e à aquisição da leitura proficiente.

Na editoração de livros para leitores iniciantes e mesmo para leitores em desenvolvimento, é preciso evitar elementos desfavoráveis à leitura. Ler exige esforço e qualquer empecilho pode levar ao abandono da leitura, à má vontade para com essa atividade, crucial para o exercício da cidadania.

No mundo de hoje, ler é o meio mais rápido de obter informação. Ser proficiente em leitura permite obter amplo acesso independente à informação, compreendidos aí os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania. E, no entanto, pesquisas e avaliações têm demonstrado que um número considerável de crianças e jovens passam anos na escola pública brasileira e dela saem sem alcançar níveis mínimos de proficiência em leitura.

Nos livros didáticos para o ensino fundamental, o texto é sempre apresentado numa dada disposição visual (diagramação) ladeado, complementado ou interrompido por imagens (fotos, ilustrações), gráficos e tabelas, elementos que serão tomados em conta, ao lado da leitura do texto, para a recepção mais geral das mensagens. Além disso, essa programação visual estará disposta sobre páginas de um determinado formato, elemento que vai interferir nas possibilidades de disposição de textos e imagens. As folhas dos livros são mantidas juntas (encadernadas) por diferentes processos, que podem favorecer ou dificultar a abertura das páginas. Assim, não só a composição do texto e a diagramação, mas também o formato do livro e a forma de encadernação, podem facilitar ou dificultar a leitura.

Os livros didáticos adquiridos pelo PNLD deveriam ser exemplares no favorecimento da leitura confortável para as crianças e jovens a que se destinam. Em estudos anteriores, foram apontados resultados indesejáveis de exigências e tolerâncias do PNLD, e também do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), quanto a elementos que incidem de maneira favorável ou desfavorável à legibilidade visual. Foram analisados aspectos da materialidade (formato, papel de capa e miolo, impressão, acabamento) e elementos da apresentação dos textos, da escolha dos tipos de letras à composição das colunas de texto. Esses aspectos foram tratados por Maria Otilia Bocchini (2007), analisando 17 livros, de 1ª a 5ª séries, de 11 editoras diferentes, adquiridos pelo MEC (Ministério da Educação) entre 2004 e 2007; por Cintia

isso equivaleria a US\$ 493 milhões anuais e 46% do mercado desses livros no âmbito da América Latina e Caribe (Cassiano, 2007:8). O Brasil está em terceiro lugar, no mundo, em volume das compras institucionais de livros didáticos, atrás apenas de China e Estados Unidos.

Shukusawa Kanashiro (2008), analisando livro didático de geografia aprovado com distinção pelo PNLD 2004, e por Lívio Lima de Oliveira (2008), analisando livros adquiridos em seis edições do PNBE.

Em 2009, estão disponíveis para acesso o *Edital* do PNLD 2010, que convocou as editoras para submeterem seus livros à avaliação do MEC, e o *Guia de livros didáticos PNLD 2010*, preparado após a avaliação dos livros propostos, para orientar a escolha das professoras e professores. A análise desses documentos permite antecipar que, do ponto de vista da legibilidade e do projeto editorial e gráfico, não se pode esperar melhorias nos livros que as crianças de 1º a 5º ano das escolas públicas vão usar de 2010 a 2012.

Ressalte-se positivamente a facilidade de acesso aos documentos citados, por meio eletrônico. Entre as áreas da comunicação pública, a comunicação institucional tem enorme importância, constituindo-se na espinha dorsal de todo o sistema de comunicação pública e cumprindo encargos como os de dar conhecimento das normas e procedimentos e “garantir a transparência das decisões” (Rovinetti, 2006: 31). O uso das novas tecnologias faria parte da sempre desejável inovação na administração pública e aceleraria “os processos de simplificação” (idem: 63). Franca Faccioli reconhece a transparência como uma das palavras-chave da inovação administrativa, ao lado de simplificação, participação, eficiência e eficácia, entre outras. Uma administração transparente seria uma administração que se torna visível, que diz o que faz, o modo pelo qual opera e os resultados que alcança, demandando *racionalidade e clareza* (Faccioli, 2001: 62-73, grifos nossos), qualidades cuja ausência obviamente pode atuar em sentido contrário ao da pretendida transparência.

Materialidade dos livros: problemas com formato, extensão, papel, impressão e acabamento

Do ponto de vista ergonômico, os livros didáticos para os primeiros anos do ensino fundamental deveriam ser fáceis de manusear por crianças de 6 a 10-11 anos, cuja altura e dimensão de mãos e braços são reconhecidamente inferiores às dos adultos. Deveriam ser fáceis de manter sobre as mesas de trabalho em posição apropriada para leitura: em ângulo em torno de 45° em relação à face, com adequada exposição à iluminação. As páginas de tais livros deveriam apresentar-se para leitura praticamente planas, sem encurvamento, fator dificultador da leitura.

O *Edital* do PNLD 2010, como em outras edições anteriores do Programa, *exige* que os livros para os 5 primeiros anos do ensino fundamental meçam 205 mm de largura por 275 mm de altura, eliminando-se qualquer outra possibilidade de formato. Convém lembrar que, nas décadas de 1950 e 1960, os livros didáticos brasileiros apresentavam, em sua maioria, formato próximo daquele mais usado para livros de adultos, o clássico 14 por 21, isto é, 140 mm de largura por 210 mm de altura. Após os acordos MEC-Usaid, do final da década de 1960, os didáticos brasileiros passaram a apresentar esse formato grande, principalmente os destinados a estudantes de 1ª a 8ª séries⁵.

As crianças não conseguem manter um livro desse formato grande em posição confortável para a leitura. Quando os colocam de pé sobre a mesa, eles mal se equilibram nessa posição e as páginas recebem menos luz do que seria apropriado. Além disso, nessa posição as páginas tendem a ficar encurvadas, como rótulo de garrafa.

No uso escolar cotidiano, crianças e jovens ora procuram manter o livro em pé, com os prejuízos mencionados, ora o dispõem aberto, na horizontal sobre a mesa, com outros prejuízos. Para ler com o livro nessa posição, a criança é obrigada a encurvar-se para a frente e os efeitos negativos desse encurvamento das costas e pescoço são: tracionamento indevido da coluna, excessiva aproximação entre os olhos e a página a

⁵ A partir de 1964, com a assinatura dos Acordos MEC-Usaid, o governo brasileiro entregou a reordenação da educação nacional à Usaid (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). No caso dos livros didáticos (acordo de janeiro de 1967), a Usaid ficou responsável por fornecer “assessoria e assistência técnica por especialistas”, ao Ministério e ao Sindicato Nacional de Editores de Livros, de forma a *controlar todos os setores da produção dos livros, desde sua elaboração, diagramação e ilustração, até a impressão e a distribuição* (Alves, 1968: 94-101, Romanelli, 2003: 205-216, Cunha & Góes, 1994: 32-34).

ser lida, obscurecimento da página, por interposição da cabeça entre as fontes de luz e a página a ser lida.

Em qualquer posição (vertical, horizontal ou a 45°) em que se mantenha o livro grande, o formato dificulta a manutenção das páginas distendidas, planas.

O *Edital* do PNLD 2010, além de admitir somente o prejudicial formato grande, não estabelece limites para a extensão dos livros. Livros grandes com muitas páginas são muito pesados e seu transporte diário prejudica o corpo das crianças, eis que nem todas contam com ajuda de adultos para carregá-los ou com o auxílio de uma pasta escolar com rodinhas. Não poucas vezes médicos têm vindo aos jornais alertar para o impacto desse peso sobre o esqueleto das crianças.

A indefinição do PNLD 2010 quanto à extensão dos livros pode resultar na compra de livros pesados, com número excessivo de páginas, excessivo entendido aqui como oferecimento de muito mais material do que poderia ser tratado em aula, por maior que fosse a boa vontade da professora ou do professor. Por exemplo, na grade de horários das antigas 2ª a 4ª séries (hoje 3º, 4º e 5º anos) o ensino de geografia está confinado a uma hora-aula semanal de 50 minutos ou pouco mais do que isso. Nas 25 semanas em que Cintia S. Kanashiro observou as aulas de geografia da 4ª série de uma escola paulistana, 19 aulas tiveram duração de 50 minutos e seis aulas se estenderam por uma hora e 40 minutos (Kanashiro, 2008: 117-118). No entanto, são comuns os livros dessa disciplina com mais de 100 páginas⁶.

O *Guia* do PNLD 2010 não traz o número de páginas dos livros resenhados. No entanto, resenhas dos livros de Língua Portuguesa referem-se a quantidades excessivas de conteúdos, o que permite supor um correspondente volume excessivo de páginas. A resenha da coleção *Asas para Voar – Língua Portuguesa*, da Editora Ática, alerta: “Considerando-se o *grande volume de conteúdos e atividades*, será preciso um planejamento de ensino rigoroso, para cobrir-se bem toda a obra, especialmente no volume 5.” (*Guia do PNLD 2010 – Língua Portuguesa*, p. 220, grifo do *Guia*). A resenha da coleção *Projeto Buriti – Língua Portuguesa*, da Editora Moderna, observa: “A *coleção* exige atenção especial do professor à distribuição dos conteúdos no tempo escolar, em razão da grande quantidade de propostas que oferece.” (*Guia do PNLD*

⁶ Por exemplo, a coleção *Geografia* (Vesentini, Martins e Pécora, para a Editora Ática), aprovada pelo PNLD de 2007, apresenta 106 páginas para o volume 1 e 126, 144 e 126 para os volumes 2, 3 e 4, respectivamente. Caso o conteúdo do volume 1 fosse acomodado num livro de formato 140 mm x 210 mm, o livro ficaria com 212 páginas. Essa seria uma extensão impensável para um livro de 1ª série (atual 2º ano), mas fica disfarçada no formato maior.

2010 – Língua Portuguesa, p. 292, grifo do *Guia*). Como se verá adiante, o alongamento dos livros influencia seu preço.

Pelos alertas do *Guia*, vê-se que a comissão avaliadora do PNLD 2010 parte do princípio de que *toda* a obra deveria ser usada no ano letivo (“para cobrir-se bem *toda* a obra”, grifo nosso) e percebeu a desproporção entre o tempo escolar e a massa de conteúdos. Obviamente, excesso de conteúdos e de peso depõem contra a qualidade dos livros didáticos que o PNLD 2010 poderá adquirir e indicam desperdício de papel, trabalho, transporte e muitos outros recursos. Ressalte-se que livros grandes e pesados, para as primeiras séries, são usados também em outros países⁷. O uso de um mesmo tipo de livro no Brasil e em outros países pode indicar uma parcial globalização do modelo, mas nem por isso lhe acrescenta qualidade e eficiência.

Considerando os inconvenientes para as crianças dos livros de formato grande e pesados, cabe refletir sobre a quem interessa a manutenção da exigência do formato grande e a tolerância para com livros cada vez mais extensos e pesados. Em termos de negócios, sem dúvida interessa às editoras fornecedoras das compras governamentais.

A produção de livros didáticos no Brasil é feita, basicamente, por empresas privadas, e é legítimo imaginar que, para a indústria editorial, interessa vender ao governo grandes quantidades de livros e de livros grandes e extensos, mais lucrativos. Embora o formato grande não seja ergonomicamente adequado às crianças, o governo parece convencido de que é preciso exigir um formato único, providência que supostamente facilitaria a comparação entre os livros nas negociações de compra, facilitação ainda por demonstrar. De outra parte, a extensão dos livros não está relacionada com as possibilidades da distribuição de horas-aula, mas, novamente, com os interesses das editoras, na forma de negociação que se sustenta por várias edições do PNLD. Nessas negociações de compra do PNLD, não se faz um preço pelo volume, mas um preço por caderno tipográfico, um conjunto de 16 páginas impressas⁸. Como já se sabe que a negociação vai ser feita por essa unidade – os cadernos tipográficos – os livros são desnecessariamente alongados, tornam-se mais pesados.

⁷ Livros didáticos de Portugal e Colômbia apresentam-se no mesmo formato grande exigido pelo PNLD 2010. Como exemplos: *Português em linha*, para a 5ª série (256 páginas), da Editora Plátano (Lisboa, 2000), *Proyecto Comunicativo*, para a 3ª série (200 páginas), da Educar Editores (Bogotá, 2002) e *Mundo Natural*, para a 3ª série (144 páginas), da Susaeta Ediciones (Medellín, 2003). Na França e no Chile, já na década de 1990, havia livros didáticos grandes, com apenas 10 mm (ou 1 cm) a menos na largura, por comparação com o formato exigido pelo PNLD 2010. Como exemplos: *Ciencia*, para a 3ª série e *Lenguaje y comunicación*, também para a 3ª série (ambos com 176 páginas), da Editorial Universitária (Santiago de Chile, 1997) e *Découverte des sciences*, para a 1ª série (com 96 páginas), para a editora Bordas (Paris, 1996).

⁸ Ver o documento *Atas de negociação*, disponível em ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/atas_negociacao_2006.pdf.

Sendo assim, em nome dos interesses da indústria editorial, ficam esquecidos os interesses dos estudantes e o governo, a rigor, não compra livros, mas maços de papel pintado, a peso.

Quanto ao acabamento, o edital do PNLD 2010 continua tolerando livros que não se abrem totalmente. Para livros com até 96 páginas, exige acabamento com dois grampos acavalados na lombada canoa. Nesse caso, as páginas abrem-se totalmente. Para livros com mais de 96 até 160 páginas, aceita livros com grampos paralelos à lombada, que não se abrem por completo, oferecendo páginas curvas para a leitura. Em relação ao acabamento grampeado, é importante notar que, como constatou Oliveira (2008), os grampos, embora sejam galvanizados, podem enferrujar com o passar dos anos. Além de oferecer riscos à saúde das crianças, os grampos enferrujados possibilitam eventual queda das páginas. Para livros de 160 e até 848 (sic, Edital PNLD 2010, p. 25) páginas, o edital aceita acabamento com cola, sem costura com linha, isto é, livros que oferecem folhas encurvadas e que, com o tempo de uso, podem se soltar. Para completar, a costura de linha somente é exigida para livros de 1º a 5º ano com mais de 848 páginas (sic, Edital PNLD 2010, p.25).

Quanto ao papel do miolo dos livros, o edital do PNLD 2010 passou a tolerar, para 1º e 2º ano, livros impressos em papéis piores dos que os admitidos no PNLD 2007, com mais baixas opacidade e gramatura: ofsete branco de 63 g/m². Para os livros não consumíveis de 3º a 5º ano permanece a exigência mínima de ofsete branco de 75 g/m². Em suas “Especificações Técnicas Mínimas”, o Edital tolera, inadvertidamente, uma variação de 4% (para mais ou para menos) nas gramaturas. Todos esses papéis não podem, por suas características, evitar que letras e figuras do verso e de outras páginas sombreiem a página que está sendo lida⁹.

Na triagem inicial dos livros são verificadas as exigências do edital referentes à produção industrial do livro (formato, tipo de papel e de acabamento). Mesmo admitindo papéis de pior qualidade do que nos PNLD 2007 e 2008, o PNLD 2010, contraditoriamente, passa a exigir impressão de qualidade como especificação técnica *eliminatória*: “a impressão não prejudique a legibilidade no verso da página” (Edital PNLD 2010, Anexo VIII, p. 32)¹⁰.

⁹ Por comparação, é comum usar, para livros de estudo de adultos, papéis mais encorpados (a partir de 90 g/m²) e mais opacos, conforme demonstra estudo de Oliveira (2008).

¹⁰ Nos editais do PNLD 2007 e do PNLD 2008, a exortação à boa qualidade de impressão aparece, não como exigência, mas somente como critério de qualificação.

No *Guia* do PNLD 2010, as resenhas dos livros de Língua Portuguesa ressuscitaram as ressalvas, colocando no final de *todas* as resenhas um quadro de *Atenção*, alertando o professorado para falhas a serem contornadas, em caso de adoção da coleção. Na página 256, por exemplo, o comentário sobre a coleção Tempo de Aprender, da Companhia Editora Nacional, afirma: “Há *problemas de impressão e de revisão* no livro do aluno e no Manual do Professor. No uso em sala de aula, o professor precisará estar atento, para corrigir essas falhas” (grifo nosso). A rigor, a professora ou o professor podem corrigir as falhas de revisão, mas não as de impressão.

Aspectos gráfico-editoriais: critérios eliminatórios vagos

Nos editais dos PNLD 2007 e 2008 ((PNLD 2007, anexo VIII, e PNLD 2008, anexo VIII,)), os elementos da apresentação do texto e do arranjo visual apareceram como critérios de qualificação, em redação vaga e pouco técnica: “...espera-se que: (...) 4. o texto e as ilustrações estejam dispostos de *forma organizada*, dentro de uma *unidade visual*; que o projeto gráfico esteja *integrado ao conteúdo*...”. Como exemplo de prosa pouco técnica, o texto se refere a “*desenho e tamanho da letra*”, por “*tipo e corpo da letra*” (grifos nossos).

Em 2002, o processo de avaliação incorporou professores de universidades públicas de estados diferentes, mas estes se submeteram aos critérios preparados havia anos, pela organização não governamental Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), a quem o governo federal (gestão 1995-1998 e gestão 1999-2002) havia terceirizado essa responsabilidade¹¹. No Guia do PNLD 2002, os critérios foram apresentados como aperfeiçoamento daqueles que haviam sido estabelecidos em 1995, no contexto de reuniões e seminários com a presença de “autores e editores e de suas entidades representativas, Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e professores especialistas” (PNLD 2002 – Guia de Livros Didáticos 5ª a 8ª séries. Brasília, 2001, p. 23). Esse é um raro texto que testemunha a participação das empresas fornecedoras nas decisões governamentais. Nos governos subsequentes (gestão 2003-2006 e gestão atual), os livros de cada área continuaram a ser avaliados sob responsabilidade de universidades diferentes, mas com pequenas variações quanto aos editais e critérios de avaliação para os aspectos de que estamos tratando. No âmbito do PNLD, a responsabilidade de avaliar os aspectos gráfico-editoriais veio sendo atribuída aos avaliadores das áreas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia).

O PNLD 2010 tornou eliminatórios os critérios sobre a “estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras”. Os critérios são apresentados em itens enumerados de 1 a 13, em diferentes graus de especificação. O item 12, por exemplo, é bastante específico: exige três tipos de conteúdos

¹¹ Segundo a própria instituição, “por solicitação do MEC, o Cenpec coordenou em 1996 a análise e avaliação de 500 livros didáticos de 1ª a 4ª série, trabalho que resultou na publicação do *Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries*. [...] No ano seguinte, o Cenpec foi integrante da comissão coordenadora da nova avaliação dos livros de 1ª a 4ª série [...] Em 1998, o Cenpec novamente fez parte da comissão coordenadora do processo de análise e avaliação pedagógica dos livros didáticos de 5ª a 8ª série” (CENPEC, 1998:51).

(“referências bibliográficas, indicação de leituras complementares e glossário”) e exige sua localização na “parte pós-textual” do livro (Edital PNLD 2010, Anexo VIII, p 31-32). Outros itens permitem a aprovação de qualquer livro ou, inversamente, a reprovação de qualquer livro, com base em estratégias de indefinição que operam *por meio de adjetivos e advérbios* de interpretação totalmente elástica (itens 8, 9, 6) e *por meio de alusão* a outros critérios, externos ao edital e não declarados, sujeitos assim a qualquer interpretação (itens 1, 2), como os citados abaixo, com grifos nossos:

1. O desenho e tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões e a disposição dos textos na página atendam a *critérios de legibilidade* e também ao nível de escolaridade a que o livro se destina.
2. O texto principal esteja impresso em preto e que títulos e subtítulos apresentem-se numa estrutura hierarquizada, evidenciada por *recursos gráficos*. [...]
6. O projeto gráfico integre, *harmonicamente*, texto principal, ilustrações, textos complementares [...].
8. As ilustrações reproduzam *adequadamente* a diversidade étnica da população brasileira [...].
9. As ilustrações sejam *adequadas* à finalidade para as quais (sic) foram elaboradas [...]. (Edital, 2009: 40).

A Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros), instituição que congregam as empresas editoras de livros didáticos e paradidáticos, entre outros questionamentos ao edital, solicitou que o item relativo aos aspectos gráfico-editoriais voltasse a ser classificatório, argumentando que “os critérios de avaliação não podem dar margem a entendimentos subjetivos” e que o item projeto gráfico, já em si subjetivo, envolve “tanto aspectos técnicos como estéticos, sujeitos, evidentemente a interpretações pessoais de diversos tipos”. O MEC manteve o disposto no edital (cf. “Nota de esclarecimento” do Edital PNLD 2010, p. 3-4, disponível em ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2010_consolidado.pdf).

As estratégias de indefinição do PNLD 2010, que permitem a aprovação ou reprovação de qualquer livro, indicam falta de clareza, ausência que obviamente pode atuar em sentido contrário ao de pretendida transparência da comunicação institucional, estendendo seus efeitos sobre outros procedimentos do mesmo processo. Esse é o caso da ficha de avaliação dos livros, em que os itens do edital foram transformados em perguntas complexas, a serem respondidas apenas com sim ou não, como, por exemplo:

“37. Proporciona boa legibilidade do texto (desenho e o tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões dos textos na

página), considerando-se o nível de escolaridade a que o livro se destina?” (*Guia de livros didáticos PNLD 2010*, p 209).

Nas resenhas do *Guia*, a avaliação do projeto gráfico apresenta-se em forma de texto que oscila entre descrição vaga e “avaliação” fundada em adjetivação vazia, como se observa em: “Em *diversas situações*, gráficos são usados na apresentação de temas” e “O projeto gráfico é *bonito e adequado* à faixa etária, com *grande variedade* de ilustrações (fotos, desenhos, radiografias, esquemas, cartazes, histórias em quadrinhos), *bem articuladas*” (*Guia de livros didáticos PNLD 2010*, p 25, grifos nossos).

Como aconselhou Richaudeau (1979: 119), em seu guia prático para a produção de manuais escolares, na década de 1970, quanto mais jovem o leitor, mais rigorosa deve ser a aplicação dos critérios apoiados em resultados de estudos e pesquisas. Até porque nenhuma dificuldade a mais deve se interpor entre o pequeno leitor e sua tarefa essencial ao ler: descobrir o sentido do texto. Dessa forma, um comprador poderoso como o governo bem poderia exigir, na questão da legibilidade, a aplicação de descobertas e recomendações de estudiosos que, embora não sendo definitivas nem totalmente conclusivas, concordam com uma lista mínima de condições que favorecem a leitura pelas crianças. Em Bocchini (2007) encontra-se debate atualizado sobre tais estudos e recomendações.

Para ficar apenas na questão da escolha dos tipos mais legíveis, Willberg e Forssman demonstram como os tipos romanos (serifados) mais comuns (Times, Garamond) são mais unívocos do que os tipos sem serifa mais usuais (Avant Garde, Futura, Helvetica), em que há pares de letras que não são claramente diferenciadas ou duplas de letras contíguas que, em conjunto, podem ser confundidas com uma terceira letra (Willberg e Forssman, 2002: 20-21, 74-77).

Nesse caso, seria mais conveniente ter predominância de tipos serifados comuns nos livros das primeiras séries, com introdução gradativa dos sem serifa, com desenhos de letras especialmente cuidadosos para evitar confusão e ambiguidade. Na bibliografia do PNLD 2008 aparece uma obra sobre concepção e avaliação de manuais escolares, de Gérard e Rogiers (1998). Esses autores sustentam que os tipos a serem privilegiados nos livros didáticos são do tipo Times *ou* Helvetica (Gérard e Rogiers, 1998: 200), sem estabelecer entre esses tipos as cuidadosas distinções apresentadas por Willberg e Forssman. Por sua vez, Richaudeau especifica os corpos mais legíveis para crianças nas faixas de 5-6, 7-8 e 9 anos ou 10 anos ou mais (2005: 34).

Como o PNLD 2010 não define os cuidados com os tipos nem estabelece outras exigências mínimas quanto ao projeto gráfico, pode-se esperar que os livros a serem adquiridos apresentarão problemas como os encontrados em livros adquiridos pelos PNLD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (Bocchini, 2007; Kanashiro, 2008)¹² e pelas seis primeiras edições (1998 a 2003) do PNBE (especialmente no caso do item 1) (Oliveira, 2008), a saber:

1. Predominância de tipos sem serifas, textos longos em itálico, tipos de fantasia em textos.
2. Tipos fantasia difíceis de decifrar nos títulos e subtítulos.
3. Linhas muito compridas, com mais de 50 caracteres, favorecidas pela largura excessiva dos livros¹³.
4. Linhas muito curtas, com menos de 30 caracteres,
4. Textos em preto sobre fundos escuros¹⁴ ou estampados,
5. Sombras de figuras e textos do verso bem visíveis na página a ser lida.

No processo de avaliação das coleções de livros não são divulgadas as resenhas sobre as obras excluídas. De forma que não se sabe quantas obras foram eliminadas porque o projeto estaria “feio”, “pouco harmônico” ou “inadequado”.

¹² Dezessete livros, de 1ª a 5ª séries, de onze editoras diferentes, quase todas do grupo das que mais têm vendido ao governo nos anos recentes: Moderna, Brasil, Saraiva, Atual, Scipione, Ática, FTD, Ibep, Escala Educacional, Positivo e Quinteto.

¹³ Jornais e revistas mantêm as linhas em comprimento confortável para leitores adultos: em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, as reportagens aparecem em linhas de 4,5 cm, com 30 a 32 caracteres. Nas reportagens da revista *Veja*, a linha tem 5,5 cm e cerca de 39 caracteres. Livros correntes, de estudo ou romance, em formato 140 mm por 210 mm, apresentam textos com linhas variando entre 60 e 63 caracteres. Somente livros de formato maior do que o usual, como *Quando Nietzsche chorou*, de Irvin D. Yalom, com 155 mm por 230 mm, apresentam linhas maiores, no caso com 72 caracteres.

¹⁴ Fundos coloridos podem ser usados, com 10% ou menos da cor, isto é, tons muito claros e de cores que mantenham forte contraste com as letras pretas. Cores de fundo inadmissíveis encontradas nos livros examinados por Bocchini (2007): azul escuro, verde escuro, marrom, cinza escuro, roxo.

Compras ineficientes anunciadas: livros do PNLD 2010 com problemas de legibilidade

O direito à leitura confortável é um direito de cidadania das crianças. No entanto, a análise dos documentos públicos referentes ao PNLD 2010 permite prever que o Programa vai comprar, para uso nas escolas públicas de 2010 a 2012, livros grandes demais, extensos demais, pesados demais, com problemas de impressão, acabamento e, por último, mas não de menor importância, de legibilidade. Como exposto, o prejuízo causado à leitura de crianças pelos fatores desfavoráveis quanto à legibilidade dos textos será potencializado pelos prejuízos causados pelo formato, papel, impressão e encadernação, tais como exigidos ou tolerados pelo Programa. Por melhores que sejam as intenções do PNLD, comprar e distribuir livros com esses problemas pode ser comparado a comprar e distribuir remédios inócuos ou adulterados e indica deficiência de clareza e de eficácia na administração pública.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-Usaid**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- BOCCHINI, Maria Otilia. “Legibilidade visual e projeto gráfico na avaliação de livros didáticos pelo PNLD”. In: Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História, 2007, São Paulo.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Mercado do Livro Didático no Brasil: do Programa Nacional do Livro Didático à entrada do capital internacional espanhol (1985 a 2007)**. Tese de doutorado apresentada à PUC-SP, 2007.
- CENPEC. **Cenpec: dez anos promovendo a escola pública**. São Paulo: Cenpec, 1998.
- CUNHA, Luiz António & GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GÉRARD, François-Marie & ROEGIERS, Xavier. **Conceber e avaliar manuais escolares**. Porto: Porto Editora, 1998.
- FACCIOLI, Franca (org). **Comunicazione pubblica e cultura del servizio: modelli, attori, percorsi**. Roma: Carocci, 2001.
- KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de geografia: PNLD, materialidade e uso da sala de aula**. Dissertação de mestrado apresentada à ECA-USP, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD 2010**. Brasília, 2009. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2010_consolidado.pdf.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos do PNLD 2010**. Brasília, 2009. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/apresentacao.pdf e em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/.../lingua_portuguesa.pdf.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programas do livro PNLD e PNLEM 2006 – Atas de negociação**. Brasília, 2006. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/atas_negociacao_2006.pdf.
- OLIVEIRA, Lívio Lima de. **Indústria editorial e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições**. Tese de doutorado apresentada à ECA-USP, 2008.
- RICHAUDEAU, François. **Conception et production des manuels scolaires: guide pratique**. Paris: Unesco, 1979.

RICHAUDEAU, François. **Manuel de typographie et de mise en page**: du papier à l'écran. Paris: Retz, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 28^a ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROVINETTI, Alessandro. **Comunicazione pubblica**: sapere & fare. Milão: Il Sole 24 Ore, 2006.

WILLBERG, Hans Peter & FORSSMAN, Friedrich. **Primeros auxilios en tipografía**. Barcelona, Gustavo Gili, 2002.